do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril delega as seguintes competências:

a) No subdiretor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira, as áreas de supervisão dos Serviços Administrativos, Ação Social Escolar, Instalações, cadastro, proteção de dados;

b) Na adjunta Cristina Maria Costa Gouveia Silva, a Educação Inclusiva, supervisão de assistentes operacionais e acompanhamento do Pré-escolar e 1.º Ciclo;

c) No adjunto Celso Gabriel Machado Fernandes, controlo de faltas de pessoal docente, procedimentos disciplinares de alunos e serviço de provas de aferição e exames nacionais.

30 de outubro de 2018. — O Diretor, *José Manuel Queijo Barbosa*.
311779234

Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa

Aviso n.º 16623/2018

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial, nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

1 — N.º de trabalhadores: 1 (1 posto de trabalho).

2 — Duração do contrato/termo: 4 horas diárias até 21 junho de 2019.

3 — Local de trabalho: Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa (prioritariamente Escola Básica de Vales Mortos);

4 — Caracterização dos postos de trabalho/função: carreira e categoria de assistente operacional em contexto escolar.

4.1 — Acompanhamento, apoio e vigilância dos alunos;

4.2 — Serviço de limpeza, arrumação e conservação das instalações, dos equipamentos e materiais didáticos.

4.3 — Apoio ao serviço da cozinha e refeitório.

5 — Remuneração base prevista: 3,82 euros/hora.

6 — Requisitos de admissão: os requisitos legais constantes no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

7 — Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado, podendo ser substituída por experiência profissional comprovada, tendo em conta que se trata de um recrutamento para a carreira de assistente operacional, de grau 1.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

8.2 — Forma: as candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, disponibilizado na página da Direção-Geral da Administração e Emprego Público, em <http://www.dgaep.gov.pt>, podendo ser obtido na página eletrónica www.aeserpa.pt, ou junto dos serviços de administração escolar do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa, e entregue no prazo de candidatura, pessoalmente, na escola sede Escola Básica Abade Correia da Serra, ou enviadas pelo correio, em carta registada com aviso de receção, dirigidas à diretora do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Serpa, Rua Dr. Edgar Pires Valadas 7830-479 Serpa.

9 — Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados de fotocópia dos seguintes documentos: Certificado de habilitações literárias; *Curriculum vitae* datado e assinado; Declarações da experiência profissional, expressa em dias; Certificados comprovativos de formação profissional diretamente relacionada com as funções a desempenhar, expressa em horas.

10 — Métodos de seleção: Dada a urgência do procedimento, será utilizado um único método de seleção — avaliação curricular, expressa numa escala de 0 a 20 valores com aproximação às centésimas, sendo a classificação obtida através da seguinte fórmula:

$$AC = (HAB + 4 (EP) + 2 (FP))/7$$

a) AC — Avaliação Curricular;

b) HAB — Habilitação Académica de Baseou Curso equiparado;

c) EP — Experiência Profissional;

d) FP — Formação Profissional.

11 — Prazo de validade: Este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2018/2019.

31 de outubro de 2018. — A Diretora, *Maria Isabel Sanches Morgado Bule Louzeiro*.

311780505

Agrupamento de Escolas de Valbom, Gondomar

Declaração de Retificação n.º 831/2018

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial, tendo em vista o preenchimento de 6 (seis) postos de trabalho da categoria de assistente operacional, do Agrupamento de Escolas de Valbom, Gondomar.

Para os devidos efeitos retifica-se o Aviso (extrato) n.º 13854/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 187, de 27 de setembro de 2018, sendo aditado ao referido aviso:

No ponto 13.2, onde se lê:

$$«AC = HAB + 4(EP) + 2 (FP) 8»$$

deve ler-se:

$$«AC = \frac{HAB + 4 (EP) + 2 (FP)}{7},»$$

29 de outubro de 2018. — A Diretora, *Ana Paula Moreira da Silva Barbosa*.

311774788

Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes, Odemira

Aviso n.º 16624/2018

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, e após homologação, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum de regularização extraordinária de vínculo precário para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, aberto por aviso publicado na BEP com a referência OE201810/0069:

Nome	Classificação (valores)
Luísa Maria Ferreira de Araújo Bernardo	18,571

31 de outubro de 2018. — A Diretora, *Maria João Romão Cabanas e Silva*.

311782977

Agrupamento de Escolas de Vila de Rei

Aviso n.º 16625/2018

Nos termos do disposto no artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 41/2012 de 21 de fevereiro (estatuto da carreira docente), faz-se público que se encontra afixada no placard da sala de professores, a lista de antiguidade do pessoal docente deste agrupamento de escolas, reportada a 31 de agosto de 2018.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste Aviso, no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

31 de outubro de 2018. — A Diretora, *Maria Margarida Ribeiro Dantas Guimarães*.

311782669

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Santarém

Declaração de Retificação n.º 832/2018

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho n.º 8487/2018, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, de 2 de setembro de 2018, procede-se à seguinte retificação:

Onde se lê «delego e subdelego na Diretora de Núcleo de Comunicação e Gestão do Cliente» deve ler-se «delego e subdelego na Diretora de Núcleo de Gestão do Cliente».

Em aditamento ao ponto 2 deve constar:

«2.15 — Receber e tratar as reclamações dos cidadãos referentes ao atendimento e identificar e implementar ações de melhoria delas decorrentes;

2.16 — Coordenar o atendimento telefónico do Centro de Contacto promovendo a uniformização de procedimentos e informação;

2.17 — Gerir os recursos humanos afetos ao Centro de Contacto.»

12 de setembro de 2018. — O Diretor, *Renato Possante Bento*.
311783681

PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 10590/2018

A Câmara Municipal de Mira comunicou à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o teor da deliberação que determinou a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Mira, tendo sido realizada a reunião preparatória em acordo com o artigo 4.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, de onde resultou uma proposta de composição da Comissão Consultiva.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da já referida Portaria, determino a composição da Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Mira:

Câmara Municipal de Mira;
Assembleia Municipal de Mira;
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (que preside);
Administração Regional de Saúde do Centro;
Agência Portuguesa do Ambiente, I. P./Administração da Região Hidrográfica do Centro;
ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações;
Autoridade Nacional de Proteção Civil;
Direção de Serviços Região Centro da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
Direção-Geral de Energia e Geologia;
Direção-Geral do Território;
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
Direção Regional da Cultura do Centro;
Guarda Nacional Republicana;
IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;
Infraestruturas de Portugal, S. A.;
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.;
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.;
Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.;

REN — Rede Elétrica Nacional;
Turismo de Portugal, I. P.;
Câmara Municipal de Vagos;
Câmara Municipal de Cantanhede.

26 de outubro de 2018. — A Presidente, *Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão*.

611783973

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho n.º 10591/2018

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Sousel

A delimitação da REN para a área do município de Sousel foi publicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/99, de 4 de outubro, com a correção material publicada pelo Despacho (extrato) n.º 4209/2014, de 21 de março.

A Câmara Municipal de Sousel apresentou, na sequência da aprovação do Plano de Intervenção no Espaço Rural de S. Bartolomeu, uma proposta de alteração nos termos do disposto no Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, uma proposta de alteração da delimitação da REN para o respetivo município.

Com fundamento nos pontos 2 e 3 do artigo 16.º do diploma antes citado, a proposta decorre da necessidade de concretizar a ampliação das instalações afetas à exploração de inertes e foi objeto de parecer favorável das entidades presentes na conferência procedimental, nomeadamente, a Agência Portuguesa do Ambiente.

Em resultado do presente procedimento de alteração, deverá ser desencadeada a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Sousel, com reflexo na sua planta de condicionantes, bem como de outros instrumentos de gestão territorial cuja área de intervenção abranja a área em causa.

Assim, em conformidade com o disposto no Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro:

1 — É aprovada a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Sousel com as áreas a excluir identificadas na planta e no quadro anexos ao presente despacho, que dele fazem parte integrante.

2 — A referida planta, o quadro anexo e a memória descritiva do presente processo podem ser consultados na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR do Alentejo), bem como na Direção Geral do Território.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

6 de agosto de 2018. — O Presidente, *Roberto Pereira Grilo*.

QUADRO ANEXO

Alteração da Reserva Ecológica Nacional do município de Sousel

N.º de ordem	Superfície (ha)	Tipologia(s) REN	Fim a que se destina	Síntese da fundamentação
E1	4,86	AEPRAs (¹)	Espaço de atividade industrial	Regime extraordinário da regularização de atividade económica.
E2	10,23 0,76 3,19	AEPRAs AEPRAs AEPRAs+ AEREHS (²)	Espaço de exploração de recursos geológicos — atividades complementares	A ampliação das instalações afetas à exploração de inertes é incompatível com o regime da REN.
<i>Total</i>	19,04			

(¹) AEPRAs — Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (cabeceiras das linhas de água e/ou áreas de máxima infiltração, na cartografia da REN agora alterada).

(²) AEREHS — Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (áreas com riscos de erosão, na cartografia da REN agora alterada).

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

46152 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/ir/REN_Carta_de_Delimitação_46152_1.jpg

611778951